



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**

JACKSON PEIXOTO DO NASCIMENTO

**ADERÊNCIA DOS PLANOS PLURIANUAIS DAS CAPITALS DO
NORDESTE BRASILEIRO AOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

JOÃO PESSOA

2014

JACKSON PEIXOTO DO NASCIMENTO

**ADERÊNCIA DOS PLANOS PLURIANUAIS DAS CAPITAIS DO
NORDESTE BRASILEIRO AOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

Trabalho apresentado para obtenção do título
de bacharel em ciências contábeis, pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Josedilton Alves Diniz.

JOÃO PESSOA

2014

Dedico este trabalho,

Aos meus pais, João Batista e Joelma Peixoto. E aos meus avós maternos, João Peixoto e Maria das Neves pelo amor, dedicação, ensinamentos, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, pela centralização de todos os seus esforços no melhor que eles podiam me dar que é a educação, a minha melhor herança e por me fazerem acreditar que tudo é possível, basta perseguir seus sonhos. Amo vocês.

“A sabedoria forma uma aliança com os nossos propósitos para que a nossa vida receba com muita honra o êxito da conquista”.
(Mailson Alves).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo privilégio tão grandioso chamado vida, pela sabedoria, por todas as minhas conquistas e por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais, que não mediram esforços em me ajudar durante a realização desta graduação. A estas pessoas externo aqui meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Doutor Josedilton Alves Diniz, meu orientador, por ter despertado em mim o desejo de conhecer o papel dos instrumentos de planejamento da administração pública sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de idealizar este trabalho. Por suas orientações, por compartilhar de conhecimentos e material bibliográfico e pelo carinho e confiança em mim dispensados desde o início dessa parceria.

Aos meus amigos e a minha namorada, Mariza da Nóbrega, pelos momentos felizes e tristes que vivemos juntos, a todos meus Professores por todos os ensinamentos que me deram em toda minha caminhada acadêmica. E a todos que me ajudaram direta ou indiretamente nesta minha jornada, meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo do Planejamento Municipal.....	17
Figura 2: Porcentagem da população sobrevivendo com menos de 1 dólar por dia.	21
Figura 3: Razão da frequência à escola entre homens e mulheres.	25
Figura 4: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil.	26
Figura 5: Diminuição da Mortalidade Materna no Brasil.....	28
Figura 6: Taxa de incidência de AIDS no Brasil.....	30
Figura 7: Emissão de CO ² no Brasil no ano de 2005.	32
Figura 8: Recursos de Assistência Humanitária que o Brasil enviou às regiões.	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição quantitativa do ODM - Erradicar a extrema pobreza e a fome.....	39
Tabela 2: Descrição quantitativa do ODM - Promover a igualdade entre os sexos e valorização das mulheres.....	41
Tabela 3: Descrição quantitativa do ODM - Melhorar a Saúde das Gestantes.	44
Tabela 4: Descrição quantitativa do ODM - Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças.	45
Tabela 5: Descrição quantitativa dos totais gerais, das principais informações levantadas pela pesquisa.	48
Tabela 6: Correlação do IDH com os gastos nos ODMs.....	48
Tabela 7: Correlação do IDH com os ODMs.	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Descrição quantitativa do ODM - Atingir a universalização da educação primária.	40
Gráfico 2: Descrição quantitativa do ODM - Reduzir a mortalidade infantil.	42
Gráfico 3: Descrição quantitativa do ODM - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.	46
Gráfico 4: Relação entre o IDHM e a quantidade de ODM.	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM– Banco Mundial

CF– Constituição Federal

CO²–Dióxido de Carbono

G20- Grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

HIV–Vírus da Imunodeficiência Humana

IDH – índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA– Lei Orçamentária Anual

OCDE– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB– Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PPME– Países Pobres Muito Endividados

UNICEF– Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

A busca por uma melhor qualidade de vida, bem como soluções para essa inquietação, é discussão constante nos dias atuais, nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs oito maneiras de mudar o mundo que foram denominadas de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esse trabalho buscou demonstrar em que medida se deu a aderência dos Planos Plurianuais (PPA) das nove capitais do nordeste brasileiro aos ODM. Nesse sentido, utilizamos de métricas contábeis, as quais são usadas para a elaboração, execução e monitoramento dos instrumentos de planejamento utilizados pelo setor público. Para realizar esta pesquisa, foi aplicado um desenho metodológico para gerar uma compreensão mais eficiente das implicações da adoção dos ODM nos planos plurianuais. Dessa maneira, tivemos condições de compreender melhor como os indicadores sociais podem interferir no planejamento municipal. Muito embora os PPA das capitais nordestinas não tenham incorporado explicitamente ou diretamente os ODM de forma efetiva, foi possível identificar que aquelas capitais que apresentam maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) são as que levaram para os seus PPA uma maior quantidade de ODM. Assim, fica comprovado que a busca pela implantação dos ODM nos instrumentos de planejamento municipal é reflexo da condição socioeconômica do município.

Palavras-chaves: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Plano Plurianual, Índices.

ABSTRACT

The search for a better quality of life, as well as solutions to this concern, is a constant discussion nowadays, in this sense the United Nations (UN) proposed eight ways to change the world it was known as the Millennium Development Goals (MDGs). This study sought to demonstrate to what extent has the grip of Multiannual Plans (PPA) of the nine capitals of the northeastern Brazilian to MDG. Accordingly, they used accounting metrics which are used for the preparation, implementation and monitoring of planning tools used by the public sector. To conduct this research, a methodological approach to generate a more effective understanding of the implications of adopting the MDGs in multiannual plans was applied. Thus we were able to understand better how social indicators can interfere in municipal planning. Although the PPA of the northeastern capital have not explicitly or directly incorporated the MDGs effectively, we found that those who have higher capital Municipal Human Development Index (IDHM), are those that led to their PPA a greater amount of MDGs. So, it is proved that the pursuit of the MDGs implementation in municipal planning instrument reflects the socioeconomic status of the county.

Keywords: Millennium Development Goals, Multiannual Plans, Indices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problemática	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Hipótese de Pesquisa	15
1.4 Justificativa da Pesquisa	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Planejamento Municipal	16
2.1.1 Os ODM e as ferramentas de planejamento municipal	18
2.2 Objetivos de desenvolvimento do milênio	18
2.2.1 Primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio	19
2.2.2 Segundo Objetivo de desenvolvimento do milênio	22
2.2.3 Terceiro objetivo de desenvolvimento do milênio	24
2.2.4 Quarto objetivo de desenvolvimento do milênio	25
2.2.5 Quinto objetivo de desenvolvimento do milênio	27
2.2.6 Sexto objetivo de desenvolvimento do milênio	29
2.2.7 Sétimo objetivo de desenvolvimento do milênio	31
2.2.8 Oitavo objetivo de desenvolvimento do milênio	33
2.3 Indicadores Sociais	35
3 METODOLOGIA	36
4 ANÁLISE DO RESULTADO	38
4.1 Análise descritiva dos dados	38
4.1.1 ODM- 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	38
4.1.2 ODM- 2: Atingir a universalização da educação primária	40

4.1.3 ODM- 3: <i>Promover a igualdade entre os sexos e valorização das mulheres</i>	41
4.1.4 ODM- 4: <i>Reduzir a mortalidade infantil</i>	42
4.1.5 ODM-5: <i>Melhorar a Saúde das Gestantes</i>	43
4.1.6 ODM- 6: <i>Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças</i>	44
4.1.7 ODM- 7: <i>Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente</i>	45
4.1.8 ODM- 8: <i>Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento</i>	47
4.2 A relação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problematização

A inquietação com a qualidade de vida e a preservação do ambiente vem há muito tempo sendo alvo de reflexões em todo o mundo. Reuniões internacionais foram realizadas para debater tais temas. Na década de 90 conforme, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), veio à tona a realidade da exclusão social e os graves problemas ambientais vivenciados diariamente por grande parte da população mundial e que precisavam ser mudados.

Com base nesse cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou no ano 2000 a Cúpula do Milênio, na qual foram estabelecidas oito iniciativas para melhorar as condições sociais da humanidade e tornar o mundo melhor e mais justo até 2015, tendo convidados todos os Estados membros das nações unidas a participarem.

Uma sustentabilidade humanista apoiada por representantes de todas as nações do Sistema ONU, entre elas o Brasil. Segundo o Relatório Anual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) ocorrido em 2006, os oito objetivos são: **Objetivo 1:** Erradicar a extrema pobreza e a fome; **Objetivo 2:** Atingir a universalização da educação primária. **Objetivo 3:** Promover a igualdade entre os sexos e valorização das mulheres. **Objetivo 4:** Reduzir a mortalidade infantil. **Objetivo 5:** Melhorar a saúde das gestantes. **Objetivo 6:** Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças. **Objetivo 7:** Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. **Objetivo 8:** Desenvolver uma Parceria global para o Desenvolvimento.

O Brasil é signatário desse acordo com a ONU e o governo federal tem incentivado através dos programas sociais os governos locais a inserirem, nos seus instrumentos de planejamento, programas, projetos e atividades com a finalidade de alcançar as metas estabelecidas através dos ODM, de forma que tal investigação será de grande valia para demonstrar como está a qualidade de vida da população brasileira.

Para que exista uma administração pública de qualidade, se faz necessário o uso de alguns instrumentos de planejamento que indicarão o caminho que a gestão deve seguir, conforme afirma Silva (2008), a administração pública, para gerir o patrimônio coletivo se

utiliza de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), a lei orçamentária anual (LOA). Porém, é necessária a definição de planejamento estratégico para garantir políticas de médio e longo prazo. O planejamento de políticas com essas características é materializado mediante o PPA, que se bem definido poderá contribuir para a melhoria dos indicadores sociais. Então, essa pesquisa buscará respostas para a seguinte indagação: **Em que medida as capitais do nordeste brasileiro têm contemplado em seus Planos Plurianuais os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?**

A resposta a este questionamento só poderá ser efetivada utilizando as métricas contábeis que são utilizadas para elaboração, execução e monitoramento dos instrumentos de planejamento utilizados pelo setor público para alcançar o bem estar social dos cidadãos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Esse trabalho tem como finalidade identificar a aderência aos Planos Plurianuais (PPA) das capitais do nordeste brasileiro aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os oitos ODM dentro dos Planos Plurianuais das capitais do nordeste brasileiro;
- b) Analisar o nível de desenvolvimento social das capitais do nordeste brasileiro;
- c) Relacionar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) das capitais nordestinas com ODM.

1.3 Hipótese de Pesquisa

Com a finalidade de antecipar possíveis respostas para a questão de pesquisa foi definida uma hipótese orientadora para esta pesquisa, construída, principalmente, para guiar as análises e discussões resultantes. Então, parte-se da premissa de que os Índices de Desenvolvimento Humano das capitais do nordeste são o fio indutor para elaboração dos PPAs. Essa hipótese pode ser assim expressa: *As capitais nordestinas que incorporam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em seus Planos Plurianuais têm melhores índices de desenvolvimento humano.*

1.4 Justificativa da Pesquisa

Esse trabalho é de grande importância, em virtude da carência de estudos nessa área, bem como a importância social de estudar a qualidade de vida do povo brasileiro e poder propor mudanças ou orientações para os governos municipais, mostrando assim a necessidade de utilizar as métricas contábeis para investigar o desenvolvimento social das capitais do nordeste brasileiro. Conforme Kroetz (2009), a contabilidade também tem o propósito de contribuir efetivamente para a prosperidade das entidades e nações, transformando o sistema de informações contábeis em um conjunto mais amplo, em que apresenta não só demonstrações financeiro-econômicas, mas também aquelas de caráter social e ambiental.

Vale destacar a grande importância que o planejamento tem no setor público e os instrumentos de planejamentos usados pela contabilidade pública vêm justamente com intenção de planejar e prestar informações para que a administração pública esteja sempre realizando seu objetivo, que é satisfazer a população através das políticas públicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica se faz de grande importância para o prosseguimento das discussões e resultados que a pesquisa se propôs, de modo que é a base que sustentará a respectiva pesquisa. Antes de prosseguirmos, é necessário conhecer o que já foi resultado de outras pesquisas. Ademais, o capítulo a seguir discutirá sobre: *Planejamento Municipal, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Indicadores Sociais*.

2.1 Planejamento Municipal

Planejar é uma ferramenta importante para que o futuro seja sempre o mais próximo do desejado, conforme Marcio Eduardo (2008), o planejamento é um instrumento que possibilita perceber os fatos, avaliar o caminho que será seguido e de tal forma construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado e reavaliar todo o processo pelo qual a gestão se destina, sendo então conceituado como o lado racional da ação administrativa. Portanto, está clara a relevância que um bom planejamento tem para a administração e tal processo não seria diferente para a governança pública.

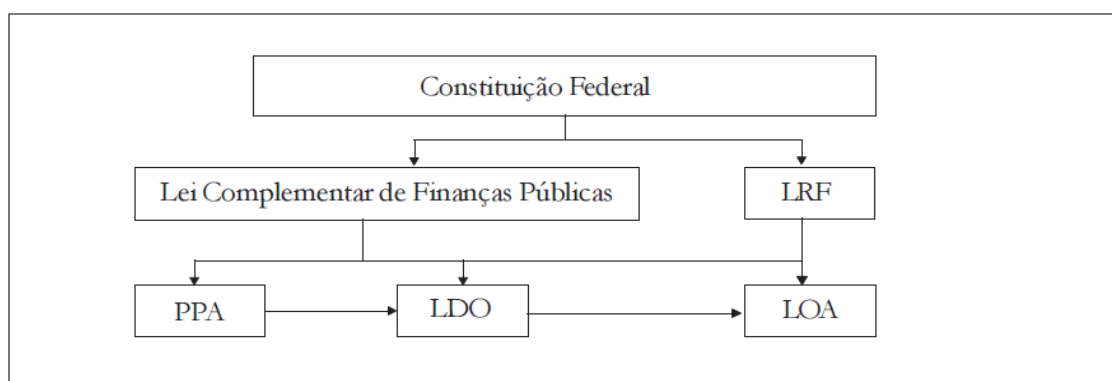
Para Holanda (1983 *apud* ALLEBRANDT et al, 2009), pode-se determinar planejamento como a aplicação ordenada do conhecimento humano para antecipar e avaliar cursos de ação alternativos com vistas à tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para ações futuras.

O planejamento público brasileiro tem uma forma peculiar de auferir os objetivos desejados pela sociedade, visto que no planejamento público diferente das empresas privadas cuja finalidade essencial é obter lucro para os empresários, na administração pública, o principal objetivo é acrescentar medidas que colaborem para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, bem como prestigiar os direitos básicos, garantido na constituição. O instrumento usado por todas as esferas de governo do Brasil é o Plano Plurianual que é um instrumento de planejamento de médio prazo, criado com a finalidade de afirmar a existência e continuidade das ações do governo, de modo que constitui o plano de governo e tem vigência entre o segundo ano de um governo e o primeiro ano do governo seguinte. Com base

na estrutura da Constituição e na tipologia colocada por Silva (2008), pode-se associar o PPA ao planejamento estratégico.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 165 §1º, afirma que o Plano Plurianual é a principal ferramenta condicionante de todo o sistema de planejamento, uma vez que os demais instrumentos devem guardar conexão com ele. Sendo mandamento constitucional que a lei que instituir este plano constitua, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e as decorrentes delas, bem como para as relativas aos programas de duração continuada. A imagem abaixo demonstra o fluxo que a administração pública, nos níveis: federal, estadual e municipal; utiliza para administrar, provando mais uma vez a necessidade do planejamento para administração governamental.

Figura 1: Ciclo do Planejamento Municipal.



Fonte:Azevedo, 2009

Conforme Allebrandt *et al*, (2009), toda e qualquer escolha coletiva passa inevitavelmente por uma negociação e formulação política, que envolve interesses e percepções distintas da sociedade, dos atores e disseminadores envolvidos sobre o que se pretende alcançar no futuro. Nesse sentido, o planejamento também tem uma conotação técnica e racional de suporte para as escolhas da sociedade. Fazendo-se necessário o planejamento estratégico territorial, pois há unanimidade no tocante à parte dos aspectos instrumentais, existem algumas diferenças operacionais em torno de outros aspectos, bem como a adoção de diferentes terminologias, porém se diferenciam mais na nomenclatura técnica do que na essência operacional, mais a efetiva contribuição essencialmente para os municípios é inquestionável se utilizada de uma maneira coerente e eficaz.

2.1.1 Os ODM e as ferramentas de planejamento municipal

A preparação do plano de atuação para o cumprimento dos objetivos deve estar alinhada aos instrumentos de planejamento municipal. Principalmente ao PPA, no qual são definidas as diretrizes, as táticas e os objetivos do município. Conforme Brasil (2009), o PPA é uma ferramenta importante, pois serve de base para as ações dos administradores de políticas públicas durante o mandato do prefeito. A incorporação das metas e indicadores locais dos ODM ao PPA é desejável, porque consolida o processo de planejamento iniciado pelo comitê de acompanhamento dos ODM, ou seja, contribui para que as metas firmadas pelos municípios tornem-se políticas contínuas, de modo que as informações produzidas durante a identificação do perfil municipal dos ODM também possam ajudar os responsáveis pela elaboração do PPA a responder questionamentos comuns na fase de planejamento.

Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar que o Plano Plurianual pode contemplar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propostos pela ONU e que é o objeto de levantamento dessa pesquisa. Conforme Zouain (2008), o PPA é o instrumento que dá efetividade às regras sociais e é elaborado pelo governo, assim também como pela população, considerando a premissa de que os políticos são escolhidos para serem representantes de todos os cidadãos, garantindo assim a participação conjunta na criação e implantação das políticas públicas. Dessa forma, o PPA é um instrumento a favor dos interesses sociais incluindo a identificação de demandas e linhas de ação previamente definidas por um consenso entre a sociedade e o estado, tendo o orçamento anual como garantia de sua execução.

2.2 Objetivos de desenvolvimento do milênio

No ano 2000, 189 países assinaram um compromisso: o de combater a pobreza e vários outros males da sociedade. A promessa concretizou-se na criação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados por todas as nações assinantes até 2015. Já em Setembro de 2010, foi renovado o compromisso para alcançar o êxito desses objetivos.

Com base em Werthein (2006), há ainda a ausência de vontade política de alguns gestores que dão pouca seriedade aos ODM, já que, muitas vezes, se trata de compromissos assumidos em governos anteriores. O apoio desses governantes aos objetivos seria apenas oficializar. Comprova-se, então, a ocorrência de que as metas nem sempre se transformam em políticas de Estado, porém apenas em transitórias políticas de governo e, em muitos casos, somente em política de um ministro, portanto, sem sustentabilidade.

Já de acordo com Hulme (2011), a evolução significativa nos últimos anos tem sido o surgimento do consenso sobre a erradicação da pobreza como o objetivo global de desenvolvimento, nas décadas anteriores, os objetivos de desenvolvimento não eram tão definidos, ou seja, hoje já é nítido que eles se concentram em erradicar a pobreza e a dar apoio à população mais carente.

Para Rezende (2013), é necessário também refletir sobre as dificuldades políticas que a co-responsabilização de diversos segmentos sociais gera, pois esta exigiria uma sociedade civil organizada e um espaço público constituído, o que não existe nas sociedades que são os focos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Isso impede significativamente o aprimoramento de atitudes democráticas capazes de combater as exclusões.

Os objetivos, uma vez estabelecidos precisam de suas respectivas metas para que se possam verificar em quanto tempo e de que maneira se está ou não se aproximando do que foi pensado e debatido em termos de melhora na qualidade de vida de toda uma população. Nesse encaminhamento, a ONU, além dos objetivos, estabeleceu também algumas metas, mais adiante detalharemos tomando como base fontes já publicadas: quais e como estão sendo desenvolvidos esses oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como suas metas.

2.2.1 Primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio

Erradicar a extrema pobreza e a fome é o ODM de número 1, e segundo declaração da Organização das Nações Unidas, é um dos mais tendentes a ser ultrapassado até o final do prazo indicado. Segundo o BM, com a crise global, 64 milhões de pessoas foram classificadas como muito pobres ao final de 2010. Como consequência disso, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estima-se que 53 milhões de pessoas não conseguirão sair da pobreza até 2015 no mundo.

De acordo com Allebrandt et al, 2009, a erradicação da pobreza e miséria até o ano de 2015 nos municípios, tornou-se um grande desafio para os gestores públicos e para toda a sociedade, tanto em termos de tempo quanto de comprometimento. Destarte, entende-se que toda e qualquer ação proposta não pode constar apenas em cartilhas locais, mas deve atender realmente as necessidades básicas de sobrevivência daqueles que são atingidos por esta periclitante situação.

Dessa maneira, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alocou algumas metas para cada ODM, para que eles sejam alcançados de forma coordenada. Para erradicação da pobreza foram atribuídas tais metas:

1º Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia.

- a) Proporção da população que ganha menos de um dólar por dia;
- b) Índice de hiato de pobreza, que é incidência x grau de pobreza;
- c) Participação dos 20% mais pobres da população no consumo nacional.

2º Alcançar o emprego pleno e produtivo, trabalho digno para todos, incluindo as mulheres e os jovens.

- a) Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada;
- b) Razão entre emprego e população dos dois sexos;
- c) Porcentagem de pessoas empregadas com renda inferior a 1 dólar por dia;
- d) Porcentagem de trabalhadores autônomos que contribuem para a previdência social, em relação ao total de empregos.

3º Diminuírem 50%, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre com a fome.

- a) Prevalência de crianças com idade inferior a 5 anos e que se encontram abaixo do peso;
- b) Proporção da população que não atinge o mínimo de crescimento dietético de calorias.

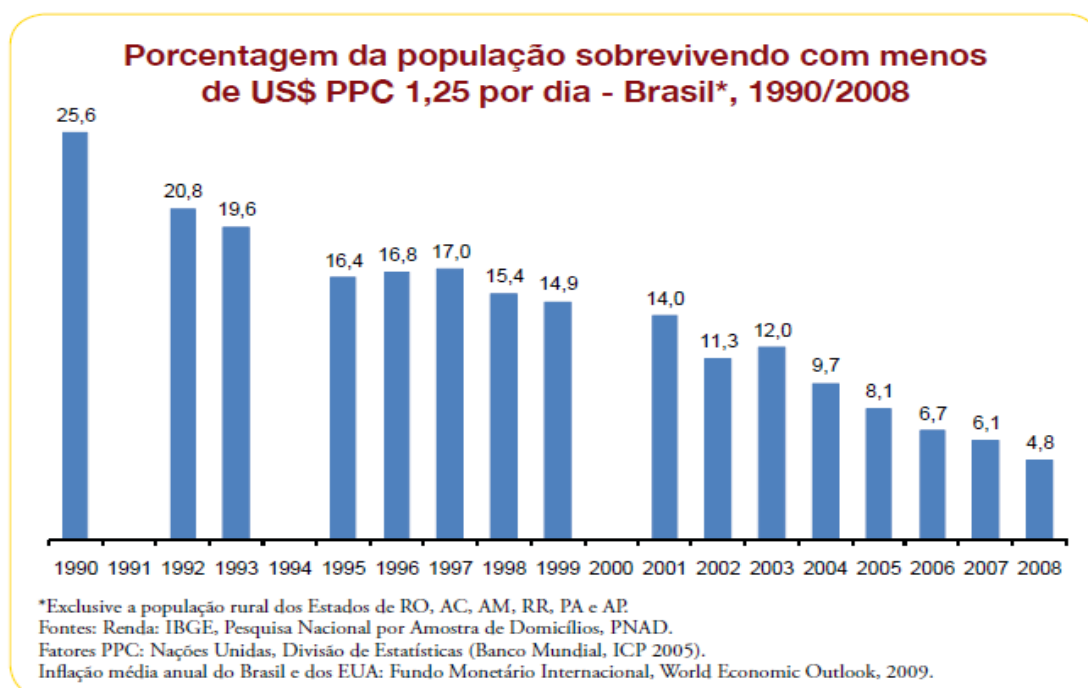
4º Erradicar a fome entre 1990 e 2015.

- a) Disponibilidade de calorias para consumo da população;
- b) Prevalência de crianças com menos de 2 anos de idade abaixo do peso, por regiões;

- c) Prevalência de adultos com idade igual ou superior a 20 anos abaixo do peso;
- d) Prevalência de adultos com sobrepeso ou obesidade.

Trazendo o já citado objetivo número para o Brasil, de acordo com o PNUD, o país já reduziu pela metade o número de pessoas vivendo na extrema pobreza até o ano de 2015. Em 1990, a proporção de pessoas vivendo na pobreza extrema era de 25,6%. Em 2008, já havia sido reduzido para cerca de 4,8%. Segundo Oliveira, 2010, a releitura, no Brasil, das colocações da organização visou à adaptação destas à realidade particular do país. Entretanto, este modelo foi exportado como um exemplo de sucesso para inúmeros países que atravessam problemas semelhantes aos nossos. Cabe ressaltar, que tanto a UNICEF quanto o Banco Mundial exaltam o Programa Bolsa Família como um exemplo a ser seguido. Porém, mesmo havendo tamanha evolução ainda existia por volta de 8,9 milhões de brasileiros com renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia. Segundo o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, o Brasil tem feito mais do que a sua parte para que de maneira global o primeiro Objetivo seja atingindo, ou seja, estabelecendo para si metas mais ousadas do que as concordadas.

Figura 2: Porcentagem da população sobrevivendo com menos de 1 dólar por dia.



Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.2.2 Segundo Objetivo de desenvolvimento do milênio

O segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio diz respeito a Atingir a universalização da educação primária. E de acordo com o PNUD, houve evolução no número de crianças frequentando as escolas nos países que estão caminhando para o desenvolvimento, porém, mesmo com avanços, é pouco provável que a meta seja consolidada. As matrículas no ensino primário continuaram a subir, chegando a atingir cerca de 89% nos países em desenvolvimento, tomando como referência o ano 2008. Mas é importante evidenciar que apenas a matrícula não fará com que o objetivo seja atingido, é necessário que os alunos continuem estudando. Podemos citar como exemplo, ainda trazendo informações do PNUD, que na África Subsaariana, mais de 30% dos alunos do ensino primário abandonam os cursos antes da conclusão, demonstrando assim que não basta matricular o aluno sem subsidiá-lo para que ele conclua.

Segundo Allebrandt et al(2009),para que o objetivo 2 possa ser cumprido de maneira eficiente,por meio de atividades voltadas para as escolas dos municípios, algumas medidas são relevantes, dentre as quais encontram-se ações de cunho voluntário, ou seja, atividades que qualquer pessoa pode desempenhar. Acompanhado a tais ações, estão aquelas que podem ser iniciadas ou fomentadas pelo corpo docente e diretivo da escola onde as crianças estudam. Outro agente social colocado para a realização destas propostas está no papel desempenhado pelos pais de toda e qualquer criança matriculada em uma escola.

Sendo assim, vejamos as metas que foram elencadas para que de forma coordenada o segundo objetivo seja concretizado:

1º Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.

- a) Taxa líquida de matrícula no ensino primário;
- b) Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º;
- c) Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

2º Garantir que, até 2015, as crianças de todas as regiões do país, independentemente de cor/raça/sexo, concluam o ensino básico.

- a) Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 7 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino, segundo sexo/cor/raça;
- b) Taxa de frequência líquida das pessoas de 7 a 17 anos de idade, segundo o rendimento familiar mensal *per capita*;
- c) Taxa média esperada e tempo médio de conclusão da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental;
- d) Índice de conformação idade/anos de escolaridade da população de 9 a 16 anos, por regiões geográficas;
- e) Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, segundo sexo/cor/raça e situação do domicílio.

O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM mostra que o Brasil, em 2008, tinha por volta de 95% das crianças e adolescentes com idades entre 7 e 14 anos matriculados no ensino fundamental. O objetivo de universalizar o ensino básico de meninas e meninos foi quase que completamente alcançado no nosso país, porém as taxas de frequência escolar ainda são boas entre os mais pobres e as crianças das regiões Norte e Nordeste. O grande desafio é no que diz respeito à qualidade do ensino recebido. Frente a fato anteriormente citado, no ensino fundamental, a diferença entre os grupos de maior e de menor renda tornou-se pouco expressiva, mas no ensino médio ainda se mantém alta, em que pese o avanço verificado nos últimos anos. A taxa de frequência do grupo composto pelos 20% mais pobres correspondia, em 2005, a apenas 31% da taxa correspondente ao último estrato de renda. Em 2008, porém, essa proporção havia se aproximado de 38%, é precisa a correlação entre renda e frequência ao ensino médio, pois o fato de a distorção idade *versus* série ser maior entre os estudantes de baixa renda, parcela considerável destes conclui o ensino fundamental. Ainda evidenciando a análise do Relatório acima citado, a região Nordeste do Brasil continua a mostrar piores índices, ainda que tenha sido reduzida a diferença em relação às regiões mais ricas do país.

2.2.3 Terceiro objetivo de desenvolvimento do milênio

Promover a igualdade entre os sexos e a valorização das mulheres é o terceiro objetivo colocado pela ONU que tem como data limite o ano de 2015, não obstante, de acordo com o PNUD, pelo grande aumento no índice de matrículas de crianças do sexo feminino no ensino primário, muitos países estão conseguindo alcançar igualdade de gênero nas escolas. Em 2008, eram 96 meninas para cada 100 meninos matriculados no ensino primário e 95 meninas para cada 100 meninos matriculados no ensino secundário nos países que estão em desenvolvimento. É esperado que esse objetivo seja alcançado para os dois níveis de ensino. Já se tratando da cota global de mulheres no parlamento, esta cresce lentamente e chegou a 19% em 2010. Atuações afirmativas continuam sendo um forte fator que impulsiona o progresso para as mulheres. A Constituição Federal estabelece em seu artigo 3º, inciso IV: *“Promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”*

Não obstante, mesmo constando na Constituição Federal, a prerrogativa da igualdade, conforme o Relatório “O Desafio do Equilíbrio entre Trabalho, Família e Vida Pessoal” (2009), citado por Allebrandt et al, (2009), o modelo homem-provedor e mulher-cuidadora, ainda vigente, faz com que a mulher continue arcando de forma unilateral, quando não exclusiva, com as atividades de cuidado e assistência aos membros da família e seu engajamento no mercado de trabalho permanece marcado por esse papel.

Nesse sentido, Rezende (2013) afirma que o movimento de mulheres que têm reivindicado, ao longo do século XX, lutam para que as políticas, além das exclusões, levem em conta também as dimensões culturais.

Sendo assim, vejamos às metas elencadas para que de forma sistêmica o terceiro objetivo seja realizado:

1º Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e em todos os níveis de ensino, até 2015.

- a) Razão meninas/meninos no ensino básico, médio e superior;
- b) Percentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola;
- c) Aumentar a quantidade de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional.

O fortalecimento do gênero feminino é formidável não apenas para o cumprimento de tal objetivo, porém para outros objetivos, em especial os relacionados à pobreza, fome, educação e saúde. Comprova-se que no Brasil, as mulheres já estudam mais que os homens, entretanto têm menos chances de emprego, também recebem menos do que homens exercendo as mesmas funções e ocupam os piores postos. No ano de 2008, 57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, frente a 80,5% dos homens. Já em 2010, elas ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas.

Figura 3: Razão da frequência à escola entre homens e mulheres.

**Razão entre as taxas de frequência à escola de mulheres e homens de 7 a 24 anos, segundo grupos de idade (%)
Brasil e regiões, 1998* e 2008**

Brasil e regiões	7 a 14		15 a 17		18 a 24	
	1998	2008	1998	2008	1998	2008
Brasil	100,6	100,4	101,2	101,6	102,2	110,7
Norte	100,6	99,7	99,2	98,1	109,0	103,1
Nordeste	101,7	100,2	100,7	102,2	101,9	111,7
Sudeste	99,7	100,5	101,0	101,5	97,2	110,0
Sul	100,3	100,4	101,1	104,0	112,6	118,1
Centro-Oeste	101,3	101,2	103,4	100,1	108,4	107,8

* Excluída a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.2.4 Quarto objetivo de desenvolvimento do milênio

O objetivo de Desenvolvimento do Milênio de número 4, colocado pela ONU se coloca no anseio da redução da mortalidade infantil. E segundo o PNUD, na conjuntura global, entre os anos de 1990 e 2008, a taxa de mortalidade para menores de cinco anos diminuiu 28%, de 100 para 72 mortes por mil dos nascidos vivos. Melhoria notável, mas ainda não suficiente para que o ODM 4 seja realizado com redução dessas mortes em dois

terços. É esperado para o período de 2009 a 2015 1,2 milhão de mortes adicionais de crianças dessa faixa etária.

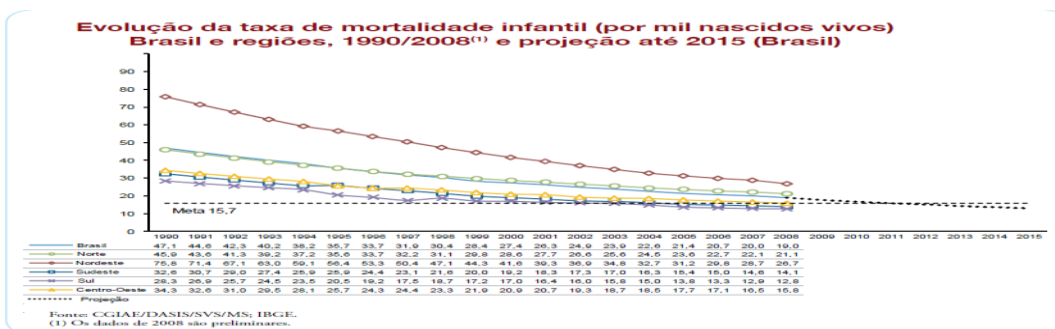
Para Allebrandt et al (2009), a preocupação com a saúde de um recém-nascido não se restringe apenas a sua condição de vida, mas também à preparação para que o mesmo possa ser gestado de maneira correta e sem a possibilidade de riscos e perdas. É o que cita o 5º objetivo de número 5, ou seja, “melhorar a saúde materna”. Afinal uma gestação boa é a base para um nascimento saudável e com menor risco de morte.

1º Diminuir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

- a) Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos;
- b) Taxa de mortalidade infantil;
- c) Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo.

Os indicativos para os ODM ligados à saúde, como mostra o 4º Relatório Nacional de Acompanhamentos dos ODM, são os piores no montante de metas colocadas até 2015. O Brasil amortizou a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de 47,1 óbitos por mil nascimentos, em 1990, para 19 em 2008. Porém, até 2015, a finalidade é reduzir esse número para 17,9 óbitos por mil, mas a diferença continua grande, as crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer do que as ricas assim como as nascidas de mães negras e indígenas possuem maior taxa de mortalidade. A região Nordeste do Brasil demonstrou a maior redução nos óbitos de zero a cinco anos, de maneira que a mortalidade na infância ainda é quase o dobro das taxas apontadas no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste.

Figura 4: Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil.



Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.2.5 Quinto objetivo de desenvolvimento do milênio

O objetivo 5 propõe a Melhoria na saúde das gestantes. Pois a mortalidade materna ainda continua bastante elevada em muitos países que estão em desenvolvimento. O PNUD afirma que mais de 350 mil mulheres morrem anualmente de complicações na gravidez ou durante o processo de parto, a grande maioria delas em países que estão em desenvolvimento. No continente Africano, o risco de mortalidade materna é de 1 em 30, número bastante elevado se comparado a regiões desenvolvidas que é 1 em 5.600. Todos os anos, uma fração maior que 1 milhão de crianças são deixadas sem suas mães se tais crianças têm até 10 vezes mais chances de morrer prematuramente.

1º Abater em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

- a) Percentual de mortalidade materna;
- b) Proporção de partos assistidos por profissional de saúde.

2º Chegar, até o ano de 2015, ao acesso universal à saúde reprodutiva.

- a) Porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos que usam métodos contraceptivos;
- b) Taxa de nascimentos entre adolescentes;
- c) Atendimento pré-natal;
- d) Necessidades não atendidas em planejamento familiar.

3º Promover, no SUS, cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015.

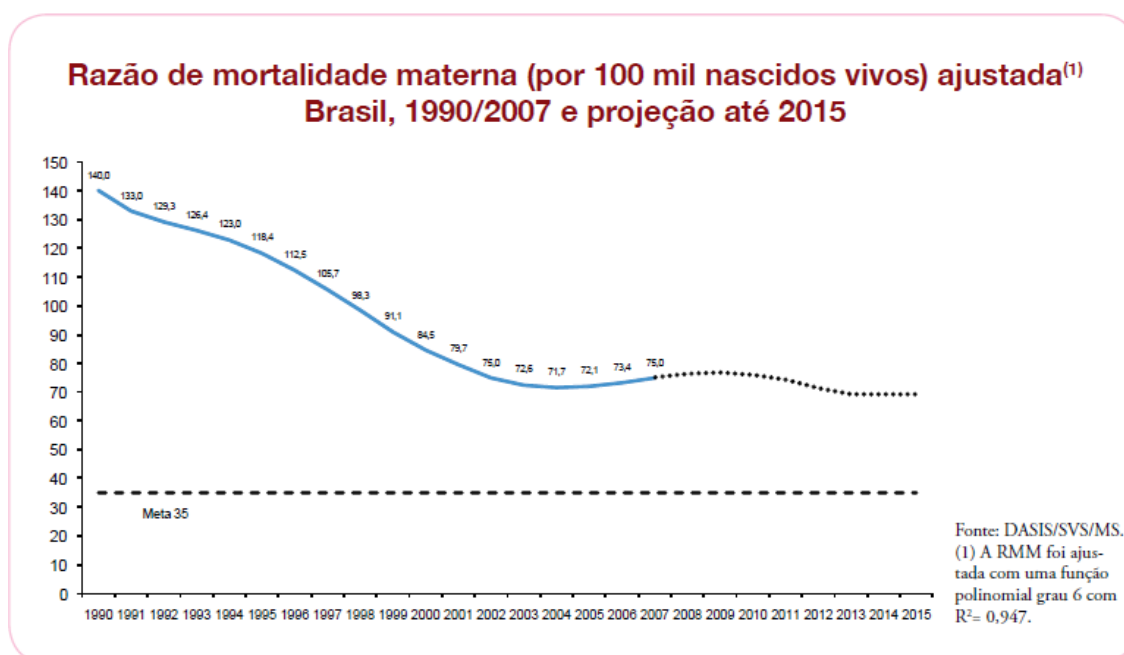
4º Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero.

- a) Quantidade de óbitos maternos segundo grupo de causas;
- b) Proporção de cobertura por consultas de pré-natal por região de moradia da mãe;
- c) Número de internações por aborto no SUS, por grandes regiões;

- d) Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos, segundo alguns tipos selecionados de neoplasias;
- e) Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos por causas selecionadas.

De acordo com o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM de 2010, o Brasil teve uma redução na mortalidade materna por volta de 50% desde 1990. A razão de Mortalidade Materna, que era, em 1990, de 140 óbitos por 100 mil nascidos, foi reduzida para 75 óbitos, em 2007. O relatório mostra que a melhora na investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil, de 10 a 49 anos de idade, permitiu maior registro dos óbitos maternos, de maneira que, tudo leva a crer que contribuiu para a estabilidade da RMM observada nos últimos anos.

Figura 5: Diminuição da Mortalidade Materna no Brasil.



Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.2.6 Sexto objetivo de desenvolvimento do milênio

Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças é o que coloca a ONU no seu objetivo de número 6. Todos os dias, 7,5 mil pessoas adquirem o vírus HIV e 5,5 mil morrem em consequência da AIDS, sendo a causa, na grande maioria, por falta de prevenção e tratamento. A quantidade de novas infecções vem reduzindo a cada dia, porém o montante de pessoas que vivem com a patologia continua a aumentar junto com o aumento da população global e maior expectativa de vida dos infectados. Ocorreram avanços assim como também o monitoramento progrediu. Entretanto, apenas 28% das pessoas que necessitam de tratamento o recebem.

Segundo o PNUD, as informações mais recentes apontam que a malária mata um milhão de pessoas por ano em todo o mundo, com mais presença no continente Africano, frente a tal enfermidade, dois milhões morrem de tuberculose por ano.

Conforme, Allebrandt et al (2009), a busca por melhores condições de saúde é um direito que todas as pessoas têm. Ao que se refere à CF, porém, esse direito não se estende realmente a todas as pessoas. Outrossim, deve-se ressaltar o cuidado que cada indivíduo por si só, deve ter como medida de prevenção no que tange às enfermidades já citadas.

Não obstante, seguem as metas para que de maneira saudável ocorra a concretização do citado ODM.

1º Até 2015, ter detido a propagação do vírus HIV e começado a inverter a crescente tendência.

- a) Pessoas de 15 a 49 anos vivendo com HIV/AIDS, em percentagem;
- b) Uso de preservativo em práticas sexuais de alto risco, para ambos os gêneros;
- c) Porcentagem da população de 15 a 24 anos com conhecimento adequado e integral de HIV/AIDS, tanto para homens quanto para mulheres;
- d) Matrícula de crianças órfãs com relação à matrícula de crianças não órfãs, com idade entre 10 a 14 anos.

2º Concretizar, até 2015, o acesso universal ao tratamento da Aids, para todos que precisem.

a) Quantidade de portadores de HIV com infecção avançada que têm acesso a medicamentos antirretrovirais.

3º Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes.

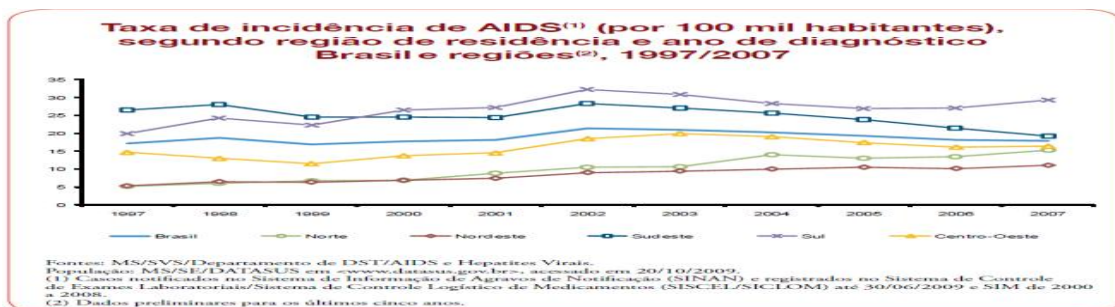
- a) Taxas de mortalidade ligadas à malária;
- b) Proporção de crianças com menos de 5 anos que dormem protegidos por mosquiteiros com inseticida;
- c) Porcentagem de crianças menores de 5 anos com febre que são tratados com medicamentos adequados contra malária;
- d) Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas à tuberculose;
- e) Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.

4º Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose.

- a) Número de casos de malária na Amazônia Legal;
- b) Incidência e taxa de incidência de tuberculose (de todas as formas, pulmonar e pulmonar baculífera), por ano de notificação.

5º Até 2010, ter eliminado a hanseníase.

Figura 6: Taxa de incidência de AIDS no Brasil.



Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil

2.2.7 Sétimo objetivo de desenvolvimento do milênio

Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, esse é o sétimo ODM colocado pela ONU. Objetivo tal que vai de encontro com a conjuntura, o respeito ao meio ambiente é um dos temas mais debatidos, atualmente, por toda a sociedade, visto que a preservação da natureza caminha em parceria com a qualidade de vida das pessoas, capazes de incentivar o respeito à vida e à cidadania, bem como o aprimoramento da gestão ambiental, através da articulação inter-setorial das Administrações Municipais com a sociedade, favorecendo a ação conjunta dos diversos setores ambientais e a efetivação da Política Ambiental, desse modo o PNUD afirma que a quantidade de áreas resguardadas no mundo tem aumentado.

Já no ano de 2006, verifica-se que a soma das áreas protegidas na terra e no mar já tinha chegado a 20 milhões de km². O intuito de reduzir a metade o número de pessoas sem acesso à água de boa qualidade para consumo deve ser concretizado. Nesse sentido, a melhoria das condições de vida em locais mais pobres está progredindo lentamente. Entre 1990 e 2006, mais de 1,6 bilhões de pessoas ganharam acesso à água potável, aumentando de 76% para 86% a porcentagem da população que tem água potável.

1º Integrar as diretrizes do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

- a) Proporção de áreas terrestres cobertas por florestas;
- b) Emissão de gás carbônico *per capita*;
- c) Emissão de gás carbônico por cada dólar do PIB;
- d) Consumo de substâncias que degradam a camada de ozônio;
- e) Proporção de peixes dentro de limites biológicos seguros;
- f) Proporção do total de recursos hídricos utilizados.

2º Reduzir em 50%, até 2015, o número de pessoas sem acesso, permanente e sustentável, à água de qualidade, segura e a esgotamento sanitário.

- a) Porcentagem da população com acesso a uma fonte de água tratada;
- b) Proporção de pessoas com boas condições de esgotamento sanitário.

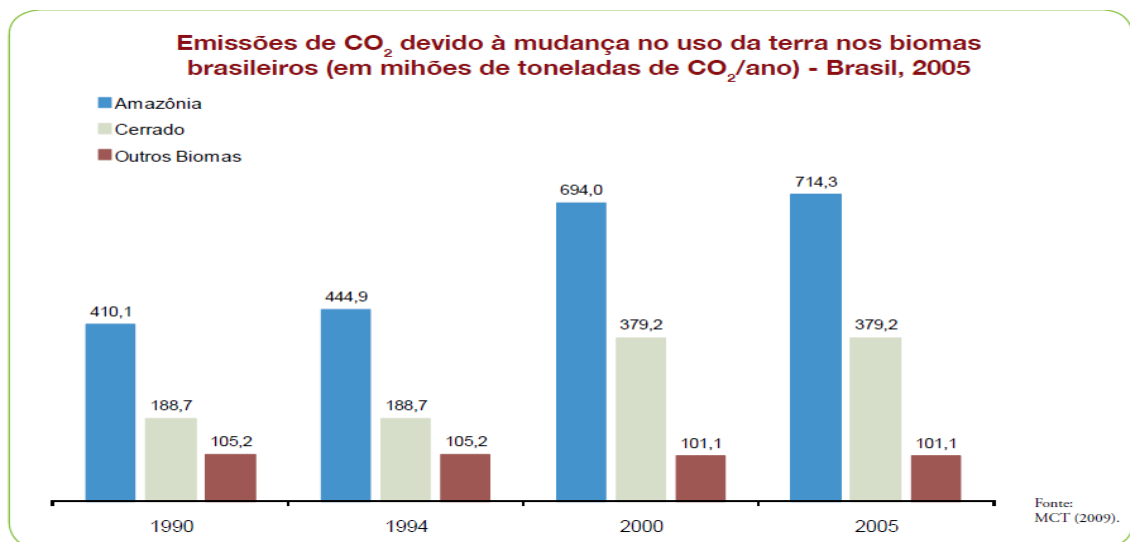
4º Até 2020, ter realizado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

a) Proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários

Segundo o 4º Relatório de Acompanhamento dos ODM, O Brasil diminuiu o índice de desmatamento, conseqüentemente, o consumo de gases que provocam a perda da camada de ozônio, o país aumentou sua eficiência energética, conseqüência da utilização de fontes de energia renováveis.

A meta que tende a melhorar as condições de moradia e saneamento básico ainda está sujeita a os investimentos a serem realizados e aos caminhos futuros do país. Contudo, o ODM de número 7, é colocado como um dos mais difíceis e desafiadores para o país, especialmente no que diz respeito ao acesso e aos serviços de saneamento básico. Já as emissões de CO², no Brasil, são originadas, basicamente, das alterações na cobertura florestal e no uso da terra, assim como em decorrência das mudanças no uso da terra.

Figura 7: Emissão de CO₂ no Brasil no ano de 2005.



Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.2.8 Oitavo objetivo de desenvolvimento do milênio

No Objetivo 8, a ONU faz referência a Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento. Apesar de os desembolsos dos países da OCDE em assistência ao desenvolvimento terem crescido 0,7% em termos reais de 2008 para 2009 e atingido US\$ 119,6 bilhões, eles vieram abaixo dos compromissos previamente assumidos, especialmente com os países da África Subsaariana. Descontado o perdão das dívidas, a assistência estrangeira ao desenvolvimento cresceu 6,8% em termos reais. No comércio global, além dos impactos da crise financeira mundial, um dos maiores obstáculos tem sido o fracasso das nações em concluir as negociações da Rodada de Doha e colocar em prática as metas propostas neste que é o único ODM a engajar diretamente os países desenvolvidos.

1º Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

2º Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generoso aos países empenhados na luta contra a pobreza.

3º Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral).

4º Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável em longo prazo.

5º Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.

a) Taxa de desemprego na faixa etária entre 15 e 24 anos, por sexo e total.

6º Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.

- a) Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, numa base sustentável.

7º Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial, das tecnologias de informação e de comunicações.

- a) Linhas telefônicas e assinaturas de celulares por 100 habitantes;
b) Computadores pessoais por 100 habitantes.

O Brasil foi o principal articulador da criação do G-20 nas negociações de liberalização de comércio da Rodada de Doha, da Organização Mundial de Comércio. Também se destaca no esforço para universalizar o acesso a medicamentos para a Aids. O país é pró-ativo e inovador na promoção de parcerias globais usando a Cooperação Sul-Sul e a contribuição com organismos multilaterais como principais instrumentos.

Figura 8: Recursos de Assistência Humanitária que o Brasil enviou às regiões.

Recursos de assistência humanitária enviados por região	
Região	Total
América do Sul e Caribe	R\$ 1.209.300,00
África	R\$ 1.225.473,30
Ásia	R\$ 1.330.318,74
Oceania	R\$ 348.000,00

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

Fonte: 4º Relatório Nacional de acompanhamento dos ODM Brasil.

2.3 Indicadores Sociais

É inquestionável a necessidade dos variados indicadores sociais, para nortear os parâmetros anteriormente colocados, no que diz respeito as mais variadas ações sociais, de modo que, na presente pesquisa o indicador objeto de análise será o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Usaremos com objetivo de responder à hipótese de pesquisa.

Os Indicadores sociais são medidas que sintetizam aspectos importantes sobre a qualidade de vida da população. Acompanhar a evolução desses indicadores permite avaliar as mudanças que ocorrem no município, se as políticas públicas implantadas estão sendo eficientes. De acordo com Cobo e Sabóia, 2006, o debate sobre a construção de indicadores para implementação e acompanhamento das políticas públicas encontra-se presente tanto na academia quanto nas áreas governamentais de planejamento de diversas esferas administrativas. A disponibilidade das estatísticas primárias tem certamente contribuído para a construção de indicadores, tornando possível o entendimento e a mensuração de diversos fenômenos. Esta cultura recente está bastante dissolvida, mas ainda precisa de estudos mais abrangentes em virtude da amplitude dos fenômenos sociais.

No processo de instituição de políticas públicas inclusivas um grande desafio é a criação de instrumentos de mensuração, como indicadores de inclusão social, indicadores de exclusão social ou indicadores de desenvolvimento. Os indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Os indicadores são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado na construção do desenvolvimento sustentável. (ALLEBRANDT et al, 2009, p. 17)

Para Cerqueira 2013, o termo IDH foi criado para avaliar o nível de desenvolvimento humano das regiões, o modo como vivem as pessoas nas diversas nações do mundo. O índice foi criado por MahbudUlHag, um economista de origem paquistanesa. A abordagem desenvolvida por tal método oferece um detalhe maior em relação à realidade humana e não apenas aos aspectos econômicos.

O IDH, divulgado pela ONU, parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana

Ainda, conforme Batella e Diniz (2006), o IDH é um índice de caráter universal utilizado para se medir o desenvolvimento humano de países ou regiões. Ele é calculado desde 1990 para todos os países do mundo. A aplicação desse procedimento na escala municipal recebe o nome de IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). De modo que O IDH-M tem por finalidade representar a complexidade de um município em termos do desenvolvimento humano que ele apresenta. Dessa forma, são considerados três pressupostos que são afrontados como fundamentais para a vida das pessoas, quais sejam: educação, longevidade e renda, sendo que esses componentes são formados por um conjunto de outros indicadores.

No atual modelo social que temos nos dias atuais, conforme Sem (1992), citado por Cobo e Sabóia (2006), a desigualdade, por sua vez, é um fenômeno inerente à humanidade. Os indivíduos diferem entre si de diversas maneiras, envolvendo desde diferenças interpessoais "externas" ou circunstanciais até diferenças "internas". As pessoas começam suas vidas com diferentes dotações de renda (herança), vivem em ambientes naturais diversos (alguns mais hostis que outros), pertencem a sociedades e comunidades que oferecem diferentes oportunidades e que podem apresentar fatores epidemiológicos específicos passíveis de afetar a saúde e o bem estar daqueles que vivem em determinada região. Além dessas diferenças no ambiente natural e social, as pessoas também divergem em termos de suas características pessoais, como idade, sexo e capacidades físicas e mentais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi de caráter exploratório, de acordo com Gil (2008) a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna - lá mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados para que os objetivos da pesquisa s fossem alcançados, a formado documental que é o meio de pesquisa em que são utilizados materiais que ainda não receberam tratamento analítico, utilizando-se, por exemplo, de arquivos públicos, arquivos particulares; dados estatísticos, leis, resoluções e instruções normativas, sem serem comentadas.

Sendo assim, para realizar esta pesquisa, foi aplicado um desenho metodológico capaz de gerar uma melhor compreensão das implicações da adoção dos ODM nos PPA's, buscando com isso, compreender melhor como os indicadores sociais podem interferir no planejamento municipal.

Para isso, faz-se necessário o uso de uma abordagem metodológica empírico-analítica composta de duas etapas, conforme propõe SILVA (2010).

1º Etapa: constituída de uma análise de conteúdo do último plano plurianual publicado pelos municípios, que são justamente os PPA's que nortearão a administração pública entre os anos de 2010 a 2013, com objetivo de encontrar os oito ODM ali existentes.

2º Etapa: Foi realizada uma pesquisa para identificar os indicadores sociais de cada capital nordestina, adotando como *Proxy* o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo feito uma correlação com os ODM no PPA.

A hipótese de pesquisa definida na introdução, com objetivo de antecipar a resposta ao problema do projeto, foi testada fazendo-se uso de uma regressão linear e gráfico de tendência. Cujas configuração se demonstra a seguir:

$$Quant_ODM_i = \beta_0 + \beta_1 IDHM_i$$

Onde:

Quant_ODM = Quantidade de ODM da capital *i*;

IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal da capital *i*.

Os IDHM foram encontrados na base de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os ODM serão investigados sua existência dentro do PPA de cada capital nordestina.

4 ANÁLISE DO RESULTADO

Nessa fase da pesquisa, foi realizada uma análise dos dados da investigação, utilizando um exame sobre a ótica da estatística descritiva, por meios de frequências absolutas e relativas, bem como através de gráficos. Também foi utilizada inferência estatística para testar as hipóteses de pesquisa, mediante teste de correlação.

De uma forma geral, foram analisados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foram devidamente incorporados pelas capitais nordestinas. O principal obstáculo no levantamento feito, devidamente destacado na literatura catalogada, foi a visão das autoridades locais na execução dos ODMs devido à falta da consciência e de compreensão. Muitos consideram os ODMs como interesses do governo nacional ou os ideais visionários discutidos em conferências internacionais. A seguir, é feita uma descrição das nove capitais nordestinas.

4.1 Análise descritiva dos dados

Neste tópico, são apresentados gráficos e tabelas, discriminando as frequências e os percentuais correspondentes a cada ODM investigado. Também, foram feitos comentários a partir dos resultados encontrados, de modo a constituir a descrição da amostra do estudo em pauta.

4.1.1 ODM- 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Esse objetivo visa o desenvolvimento social da população mais vulnerável, visto que tem o desafio de reduzir a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza e a proporção da população que sofre com a fome. Essa meta exige programas de geração de

renda, redução da elevada desigualdade entre ricos e pobres e direito à alimentação saudável para todos. A Tabela 01 expõe a situação das capitais analisadas.

Tabela 1: Descrição quantitativa do ODM - Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Capital	Quant. Progrmas	Quant. Ações	IDHM	Percentual dos Gastos
João Pessoa	7	35	0,763	1,28%
Salvador	7	41	0,759	2,78%
Natal	2	20	0,763	3,65%
Recife	9	71	0,772	0,61%
Teresina	11	43	0,751	1,44%
São Luis	8	18	0,768	2,56%
Aracajú	9	22	0,77	1,41%
Fortaleza	7	36	0,754	1,18%
Maceió	7	37	0,721	7,75%

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

Através da análise dos Planos Plurianuais das nove capitais citadas acima, podemos notar que o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, foi levado em consideração por todas as capitais nordestinas. Sendo assim, o supracitado objetivo vai de encontro diretamente com a vida da população mais carente, logo programas de: geração de empregos e renda bem como programas assistenciais. Como foco norteador a ser seguido nos PPAs de todos os municípios pesquisados, um detalhe curioso é que a capital alagoana que, tem o menor IDH de todas as outras capitais do Nordeste brasileiro, foi a que destinou maior porcentagem de recurso para o ODM 1, sendo 7,75% do total dos gastos do seu PPA o qual chega a um montante de R\$ 249.334.570,00.

Ainda nesse sentido, podemos verificar que a cidade de Recife é a capital do Nordeste com o IDH mais alto, ocupando o 210º lugar nacional, entretanto foi a que proporcionalmente provisionou menor montante recurso para esse ODM. Esses resultantes são bastante consistentes, pois aquelas capitais que estão alcançadas pelos piores indicadores sociais devem aportar uma parte significativa do seu planejamento ao atingimento dos ODM.

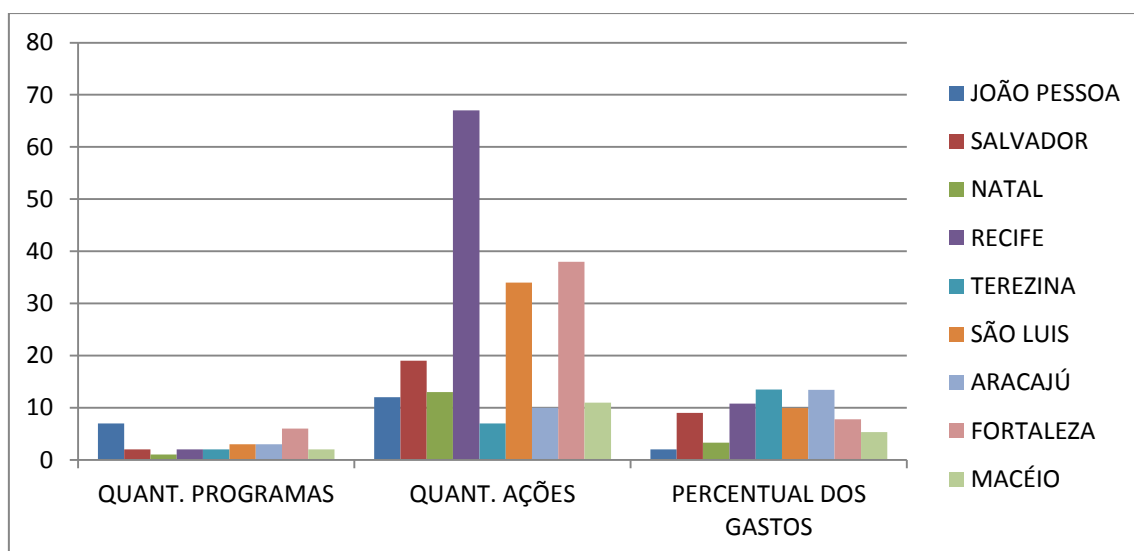
Portanto, podemos concluir que o desenvolvimento dos municípios através de ações que visam à capacitação da população no desenvolvimento de novas habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, houve o detalhamento de vários programas, sendo encontrado em todos os PPAs estudados. Bem como a previsão para o desenvolvimento de serviços, programas,

projetos e benefícios de proteção social básica as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

4.1.2 ODM- 2: Atingir a universalização da educação primária

Esse objetivo tem a finalidade de atingir a universalização da educação primária. Ou seja, conseguir uma crescente evolução no número de crianças frequentando as escolas. Segundo PNUD (2013), mesmo com alguns avanços é pouco provável que a meta colocada pela ONU seja atingida. Embora seja notório o aumento nas matrículas no ensino primário.

Gráfico 1: Descrição quantitativa do ODM - Atingir a universalização da educação primária.



Fonte: Elaboração própria, em 2014.

Com base nos números obtidos pela análise dos PPAs, das nove capitais acima referenciadas, todas colocaram em suas metas programas que incentivam as crianças a irem à escola, assim como também e de igual importância, ações que influenciam a permanência e qualidade do ensino, contribuindo assim para a satisfação das crianças.

O município de Recife foi o que mais colocou ações, sendo 67 para esse ODM, e não por acaso, também é a capital nordestina com o IDHM mais bem colocado nacionalmente. Por outro lado, Teresina, capital do Piauí, foi a que propôs menos ações nesse objetivo, colocando como meta apenas 7 ações e 2 Programas. Essa situação é preocupante, pois a capital piauiense apresenta o segundo menor IDHM das capitais nordestinas e deveria, por razões óbvias, investir mais na educação dos seus munícipes em idade escolar.

Vale ressaltar que, embora todos os municípios tenham colocado ações que englobem o ODM 2, a previsão de gastos não é satisfatória, pois nenhuma das capitais ultrapassou os 13,5% do total dos seus PPA's para o presente objetivo. Pois é importante detalhar que, segundo a constituição federal, a educação básica é de responsabilidade dos municípios. Outro aspecto que é digno de nota, é que na prática, as capitais nordestinas têm aplicado não menos de 25% das suas receitas em educação, porém verifica-se, ainda, uma fragilidade acentuada nos instrumentos de planejamentos governamentais em contemplar programas educacionais nos seus PPAs.

4.1.3 ODM- 3: Promover a igualdade entre os sexos e valorização das mulheres

O respectivo objetivo tem a intenção de promover a igualdade entre os sexos fortalecendo assim o gênero feminino que, segundo Borges (2009), apesar da crescente evolução, ainda sofre com a desigualdade, em especial, no mercado de trabalho e ressalta que a igualdade de gênero nas escolas será um fato próximo.

Tabela 2: Descrição quantitativa do ODM - Promover a igualdade entre os sexos e valorização das mulheres.

Capital	Quant. Programas	Quant. Ações	IDHM	Percentual dos Gastos
João Pessoa	2	7	0,763	0,05%
Salvador	1	7	0,759	0,04%
Natal	2	3	0,763	0,05%
Recife	1	3	0,772	0,03%
Teresina	0	0	0,751	0,00%
São Luis	2	4	0,768	0,02%
Aracajú	0	0	0,770	0,00%
Fortaleza	2	5	0,754	0,02%
Maceió	0	0	0,721	0,00%

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

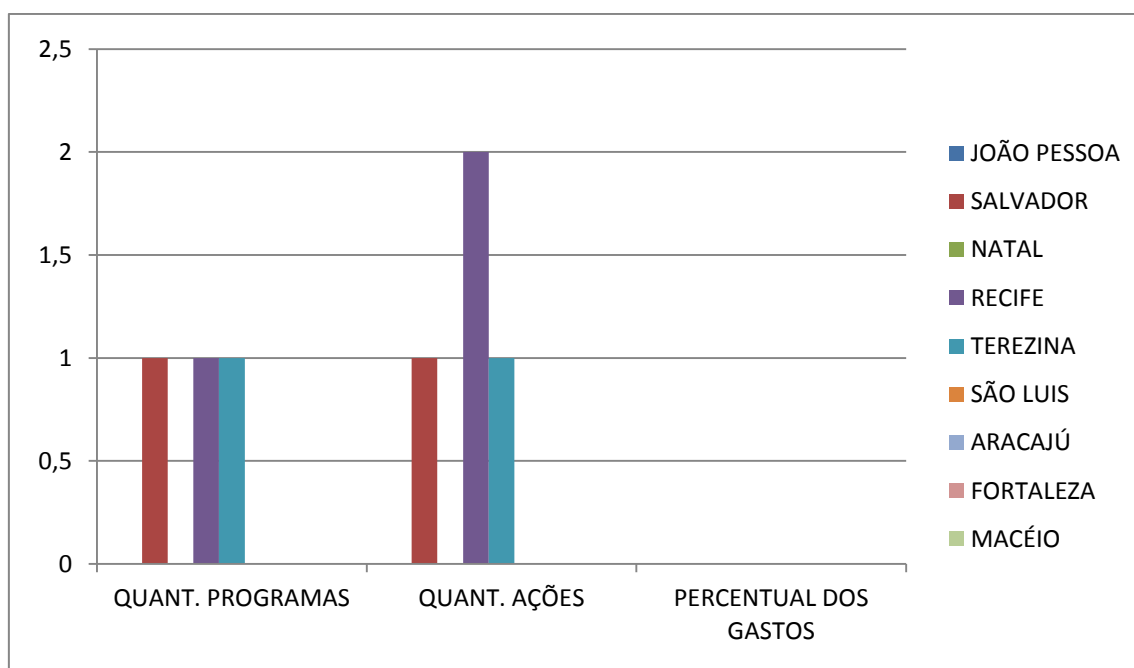
Mesmo sendo tão discutida, atualmente, a importância de valorizar as mulheres, esse objetivo não foi tão respaldado pelas capitais nordestinas, pois três capitais, ou seja, 33,3%, não criaram nenhum programa acerca desse objetivo, foram elas: Teresina, Aracajú e Maceió.

Também vale citar que os outros seis municípios desenvolveram uma quantidade pequena de programas e ações, demonstrando assim pouca preocupação com o referido ODM. É necessário frisar que o montante de valor não é essencial, pois o ponto forte desse ODM se caracteriza na conscientização.

4.1.4 ODM- 4: Reduzir a mortalidade infantil

Esse objetivo visa reduzir a mortalidade infantil, tomando como base as taxas que apesar da melhora nos últimos anos, ainda são elevadas dos menores que morrem ainda na 1ª infância. Nesse sentido, esse objetivo vem a incentivar a criação de Programas que busquem diminuir a morte dos menores de 5 anos.

Gráfico 2: Descrição quantitativa do ODM - Reduzir a mortalidade infantil.



Fonte: Elaboração própria, em 2014.

Apenas Salvador, Recife e São Luís introduziram programas específicos para esse ODM no seu plano para o quadriênio de 2010 a 2013. E pelo que se pode verificar, nenhum dos três municípios que colocaram o respectivo ODM no seu plano plurianual tiveram gastos

maiores que 0,05% do total geral do PPA, comprometendo o alcance das metas estabelecidas pela ONU para o Brasil, no que diz respeito à mortalidade infantil.

O ODM em análise se enquadra nas atribuições estabelecidas pela constituição federal, no qual a atenção básica é de responsabilidade dos municípios. Muito verificou-se que as previsões de recursos foram irrisórias. Uma possível explicação para esse fenômeno são as políticas implementadas pelos governos estadual e federal, estabelecendo programas específicos e aportando recursos para tais finalidades. Tais como o programa bolsa família, campanhas de vacinação e, principalmente, a atuação dos agentes de saúde.

Não obstante esses aspectos levantados ressaltam-se que, em 1990, a taxa de mortalidade infantil no Brasil era 62 mortes por mil nascidos vivos. Em uma geração, o país reduziu a mortalidade infantil em mais de três quartos para 14 mortes por mil nascidos vivo, quando as metas da ONU para classificar o cenário de erradicação da mortalidade infantil são de 20 mortes por mil nascidos vivos.

Dessa maneira, as capitais nordestinas não podem deixar de levar em consideração esse ODM sob pena de se conviver com as mortes prematuras de suas crianças, destacando que a região nordeste convive com as taxas mais altas do país.

4.1.5 ODM-5: Melhorar a Saúde das Gestantes

O citado objetivo propõe a melhoria na saúde das gestantes, pois a mortalidade materna ainda continua sendo um mal bastante presente na vida da população, ou seja, a ONU coloca em discussão a importância da implementação de uma rede social que se preocupe com a saúde das gestantes.

Tabela 3: Descrição quantitativa do ODM - Melhorar a Saúde das Gestantes.

Capital	Quant. Programas	Quant. Ações	IDHM	Percentual dos Gastos
João Pessoa	0	0	0,763	0,00%
Salvador	0	0	0,759	0,00%
Natal	1	1	0,763	0,00%
Recife	0	0	0,772	0,00%
Teresina	1	1	0,751	0,03%
São Luis	0	0	0,768	0,00%
Aracajú	0	0	0,770	0,00%
Fortaleza	0	0	0,754	0,00%
Maceió	0	0	0,721	0,00%

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

A tabela acima demonstra que foi quase inexistente a importância que os PPAs das capitais pesquisadas deram à implementação de políticas que oferecessem uma melhor qualidade de vida às gestantes, através de medidas que contribuíssem para uma saúde mais satisfatória a essa fase, que grande parte das mulheres passa.

Sendo assim, é nítido através da tabela acima, que apenas: Natal e Teresina colocaram alternativas para contribuir com esse ODM, entretanto, os gastos foram insatisfatórios, já que o valor previsto pela capital do Rio Grande do Norte foi quase 0,00% do total previsto em todo PPA, e a capital do Piauí destinou apenas 0,03% do valor previsto no seu PPA para contribuir na melhoria da qualidade de vida das gestantes.

4.1.6 ODM- 6: Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças

Esse objetivo coloca como pressuposto o Combate ao HIV/AIDS, a Malária e outras doenças. É fato mais que comprovado que todos os dias várias pessoas pelo mundo adquirem o vírus HIV assim também como outras doenças. Dessa maneira, fazem-se necessárias atitudes que levem ao combate dessas doenças graves.

Vejamos abaixo como está a situação de combate dessas doenças nas capitais nordestinas.

Tabela 4: Descrição quantitativa do ODM - Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças.

Capital	Quant. Progrma	Quant. Ações	IDHM	Percentual dos Gastos
João Pessoa	0	0	0,763	0,00%
Salvador	1	1	0,759	0,05%
Natal	0	0	0,763	0,00%
Recife	1	6	0,772	0,19%
Teresina	1	15	0,751	0,52%
São Luis	2	4	0,768	0,97%
Aracajú	0	0	0,770	0,00%
Fortaleza	1	2	0,754	0,05%
Maceió	0	0	0,721	0,00%

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

É consenso que a sociedade precisa diminuir o número de pessoas com doenças graves, sobretudo a AIDS, doença causada pelo vírus HIV. Na região nordeste, a dengue é uma das doenças que mais agride a população. Segundo Brasil (2014), o Nordeste é a região que mais cresceu em número de casos, pois o desabastecimento de água na região contribui para esse aumento.

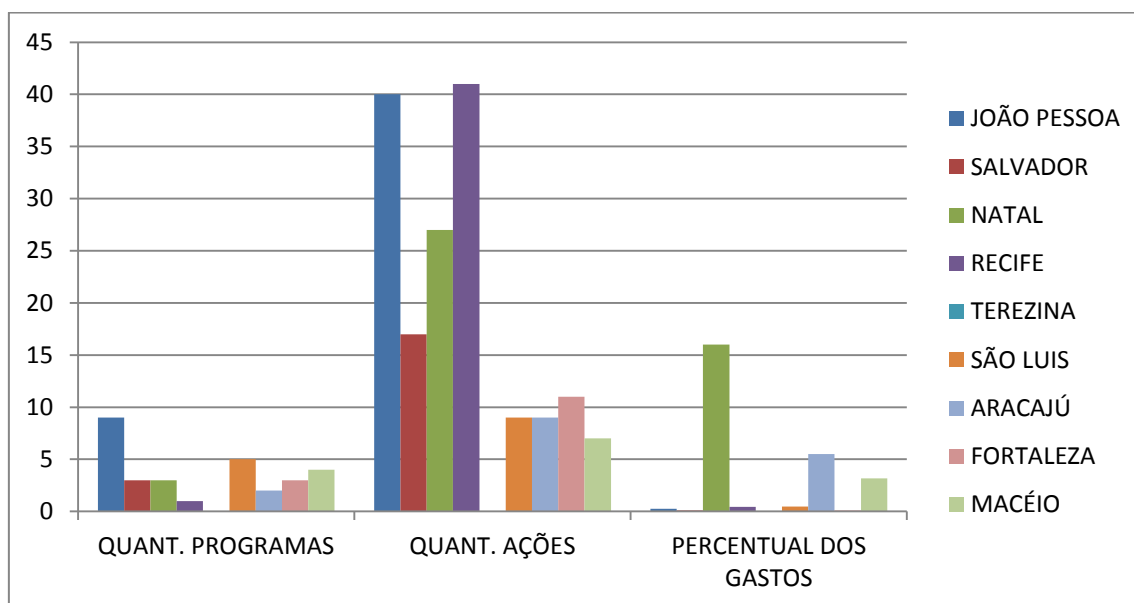
Entretanto, a administração pública não vem dando tanta preocupação quanto seria necessária podermos comprovar esse fato através dos números que obtivemos com a análise nos PPAs das capitais nordestinas. Pois, das nove capitais, quatro não colocaram nenhum programa ou ação que levassem em consideração o ODM 6, o que representa em termos quantitativos 44,4%. Vale destacar, então, que Teresina foi o município dentre os pesquisados que propôs maior quantidade de ações, sendo 15. E São Luís, o município que mais destinou proporcionalmente capital para esse objetivo. Sendo 0,97% do total do seu PPA, o que representa R\$ 29.513.605,00.

4.1.7 ODM- 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

Esse objetivo tem a finalidade de melhorar a Qualidade de vida das pessoas através do incentivo e respeito ao meio ambiente, dessa forma o citado objetivo propõe programas que

evidenciem preocupação com a preservação do meio ambiente e que levem a uma melhor qualidade de vida das pessoas, visto que o cuidado com o nosso planeta será um investimento que beneficiará todas as classes sociais sem distinção, portanto, foi levantado nos PPAs dos municípios alvos da pesquisa se essa importância, realmente, vem se cumprindo através de programações e ações que, principalmente, promovam ações educativas na área ambiental.

Gráfico 3: Descrição quantitativa do ODM - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.



Fonte: Elaboração própria, em 2014.

Das capitais pesquisadas, Natal foi a que colocou a maior proporção do valor previsto para a concretização do ODM 7, foi cerca de 16 % do total do seu PPA, ou seja, um montante de R\$ 4.933.698.000,00. O que podemos caracterizar como um valor surpreendente, levando em consideração os outros ODM. Por outro lado, Teresina foi a única capital que não contemplou programas para esse objetivo. Por sua vez, das capitais que apontaram recursos, Fortaleza foi a que menos se colocou a contribuir, sendo apenas 0,09 do total do seu PPA.

A capital paraibana se destaca nesse objetivo por ter adotado a maior quantidade de programa, um total de nove. Essa visão é coerente, pois João Pessoa é a capital mais verde do nordeste e essa liderança perpassa por ações e projetos direcionados à preservação do meio ambiente.

4.1.8 ODM- 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Esse objetivo visa atender as necessidades especiais das nações e regiões menos desenvolvidos. Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos. Sendo assim, esse Objetivo não foi encontrado em nenhum dos planos plurianuais das capitais nordestinas, mesmo tendo informações como foi citado na fundamentação teórica da boa parceria que o Brasil tem com as nações menos desenvolvidas, em especial, alguns países africanos, porém para contextualizar a não inserção de nenhuma das 9 capitais nordestinas, é importante ressaltar que o Nordeste é a região menos desenvolvido da federação.

4.2 A relação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal

Fica claro, portanto, que as implantações dos ODMs nos PPAs geraram impactos sociais no IDH das capitais do nordeste brasileiro. Visto que Recife, a capital com maior IDHM do Nordeste, também foi a que teve maior número de ações que se enquadram em um dos oito ODMs. Vejamos a tabela a seguir, que mostra o resumo e o total geral de todos os dados levantados por essa pesquisa.

Não obstante, João Pessoa capital da Paraíba, e Natal, capital do Rio Grande do Norte, tiveram o mesmo Índice de Desenvolvimento Humano, obtendo o 320º lugar nacional, entretanto, a quantidade de programas e ações que elas apresentaram tem uma certa diferença, mas na média de todas as capitais estudadas, como será demonstrado mais a frente, os municípios que incorporaram em seus PPA tiveram melhores indicadores.

Tabela 5: Descrição quantitativa dos totais gerais, das principais informações levantadas pela pesquisa.

Capital	Total De Programas	Total De Ações	Quant. ODM	IDHM	Posição Nacional
João Pessoa	25	94	4	0,763	320 º
Salvador	15	86	6	0,759	383 º
Natal	9	64	5	0,763	320 º
Recife	15	190	6	0,772	210 º
Teresina	16	67	5	0,751	526 º
São Luis	20	69	5	0,768	249º
Aracajú	15	41	3	0,770	227 º
Fortaleza	19	92	5	0,754	467 º
Maceió	13	55	3	0,721	1266 º

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

4.3 Teste de Hipótese

O teste de hipótese foi testado por meio de gráficos de tendência, correlação e regressão linear simples. Antes de fazer as referidas análises, é importante destacar a limitação que existe devido à baixa quantidade de observação existente. Assim, sabe-se que não é possível fazer estimativas ou previsões, porém a análise ficou restrita à magnitude da força e da direcionalidade.

O coeficiente de correlação vem justamente demonstrar a força e a direção do relacionamento entre as variáveis analisadas na pesquisa, correlação referente à medida da relação entre duas variáveis, embora a correlação não implique em causa. Neste sentido, abaixo, está representada a correlação entre o gasto percentual nos ODM e o IDHM.

Tabela 6: Correlação do IDH com os gastos nos ODMs.

Variáveis	IDH
IDH	1,0000
ODM1	-0, 8147
ODM2	0, 2572
ODM3	0, 4368
ODM4	0, 2556
ODM5	-0, 1652
ODM6	0, 2093
ODM7	0, 0662
Total	-0, 05000

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

No IDHM, a erradicação da extrema pobreza e da fome, apresenta a maior força na correlação entre os ODM e IDHM, porém a direcionalidade foi negativa, ou seja, quanto maiores os gastos envolvidos menores os IDHM. As demais correlações são fracas. Desconsiderando a magnitude da correlação, o sinal negativo de ODM do total no PPA e os gastos apresentam um sentido contrário. Assim, os municípios que estão com IDHM mais baixo gastaram mais com os programas definidos nos ODM dispostos no PPA.

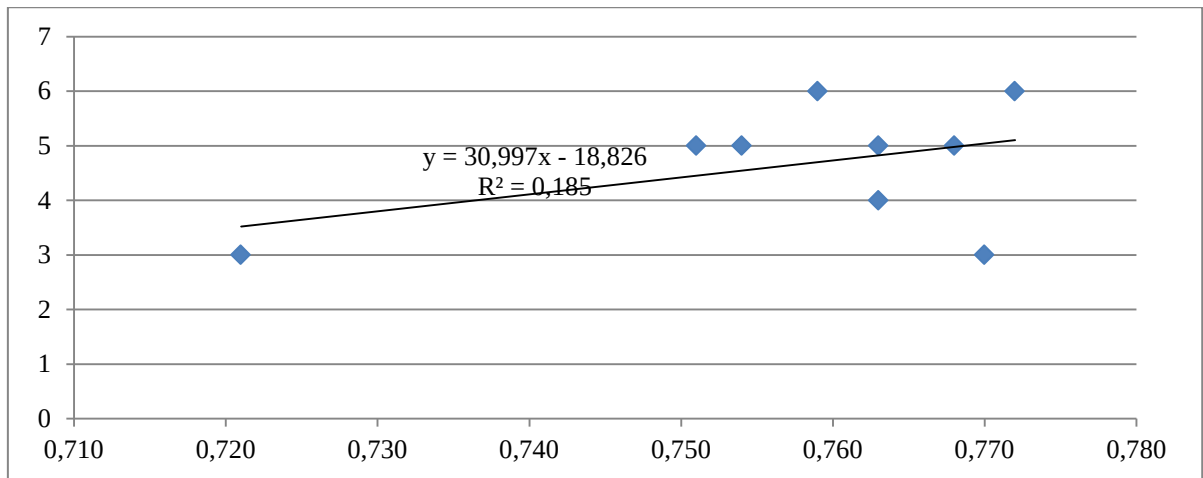
A seguir é feita uma correlação entre o IDHM das capitais nordestinas com a quantidade de programas e ações e a quantidade de ODM incorporado no PPA. Conforme demonstra a Tabela 07, a relação mais forte é encontrada entre o IDHM e a quantidade de ODM insculpido no PPA, bem como há uma relação positiva, que reflete que os municípios que apresentam melhores IDHM são aqueles que consignam nos seus PPA mais ODM.

Tabela 7: Correlação do IDH com os ODMs.

	IDHM
IDHM	1, 0000
Nº de Programas	0, 2164
Quantidade Ações	0, 3591
Quantidade ODM	0, 4301

Fonte: Elaboração própria, em 2014.

Como forma de testar a hipótese predefinida, foi utilizada outra técnica estatística, desta vez, fez-se um gráfico de dispersão seguido de uma linha de tendência acompanhada de uma regressão linear simples. De modo semelhante, a análise procedida, mediante a técnica de correlação linear, pode-se verificar que à medida em que os municípios têm melhores IDHM é possível vislumbrar uma maior aderência com os ODM.

Gráfico 4: Relação entre o IDHM e a quantidade de ODM.

Ante o exposto, não se pode rejeitar a hipótese de que os municípios que apresentam melhores indicadores revelam aspectos associados às condições socioeconômicas de seus habitantes, aqui expresso no IDHM, tem uma aderência maior nos seus PPA aos Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base a análise dos planos plurianuais das nove capitais do nordeste brasileiro, conclui-se que as políticas públicas que definem programas nos PPA's que tratem diretamente aos ODM ainda estão aquém do desejado.

Muito embora os PPAs não as capitais nordestinas tenha incorporado explicitamente ou diretamente os ODM de forma efetiva, foi possível identificar que aquelas capitais que apresentaram maiores IDHM são as que levaram para os seus PPAs uma maior quantidade de ODM. Assim, fica comprovado que a busca pela implantação dos ODM nos instrumentos de planejamento municipal é reflexo da condição socioeconômica do município.

Um dos principais motivos para essa carência de programas específicos deriva do sentimento de que pesa sob os governos nacionais a responsabilidade final de cumprir os ODMs. Não obstante esse sentimento, isto não pode ser feito sem uma estratégia ao nível local e um forte apoio das autoridades. Isto pode significar uma mudança radical nos níveis municipais e/ou regionais, assim como no nível nacional. Os governos locais necessitam da capacidade adequada, dos recursos e da sustentação para atingir os ODMs e devem ter a competência adequada para a realização de planos locais bem definidos.

Então, para que o Brasil possa alcançar o acordo do qual foi signatário junto aos países membros da ONU, faz-se necessário o engajamento de todos os entes federados em busca de objetivos que sejam comuns e que visem ao alcance do bem-estar social. É necessário que a elaboração do plano de ação para o cumprimento dos ODM deva estar alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico do município. O principal deles é o Plano Plurianual (PPA), no qual são definidas as diretrizes, as estratégias e os objetivos da administração municipal.

O PPA é um instrumento importante, porque serve de base para as ações dos gestores de políticas públicas durante o mandato do prefeito.

Uma limitação dessa pesquisa reside no fato do grau de detalhamento dos PPA verificou-se que em alguns ODM existe uma transversalidade com outros programas do PPA, porém de difícil identificação e quantificação de valores.

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação de uma quantidade maior de municípios, com utilização de pelo menos dois PPA. Utilizando também outras variáveis de construção socioeconômica, como IFDM, Índice de Gini, PIB e outros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Bernardo ***Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal***. 2. ed. – Brasília : Secretaria do Tesouro. Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís; GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; SIEDENBERG, DieterRugard; HÖFLER, Claudio Edilberto. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL**. 1º ed. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil: Unijuí, 2009.

BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana:: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.01-08, jun. 2006.

BORGES, Nathalia. **A Evolução Recente da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro: perspectiva social e econômica**. Economia. 2009. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. . GUIA PARA A MUNICIPALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO: Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local. **Agenda Pública – Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas**, São Paulo, p.01-50, jan. 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de Outubro de 1988.

BRASIL. Confederação Nacional de Municípios. Denílson Magalhães. **Situação da Dengue no Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/ap/ano-de-2009/AP20090416_DenilsonDengue.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

COBO, Barbara; SABÓIA, Ana Lúcia. Uma Contribuição para a Discussão sobre a Construção de Indicadores para Implementação e Acompanhamento de Políticas Públicas. **Xv Encontro Nacional de Estudos Populacionais- Abep**, Minas Gerais, p.01-16, set. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, Denis Maracci; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DE DOCUMENTOS DO GOVERNO BRASILEIRO ENTRE 2003 E 2010. **Ipea: Por um Brasil desenvolvido**, Brasília, v. 1690, n. 01, p.01-90, jan. 2012.

HULME, David. FUKUDA-PARR, Sakiko. **International Norm Dynamics and ‘the End of Poverty’: Understanding the Millennium Development Goals**. Disponível em: <<http://sakikofukudaparr.net/wpcontent/uploads/2013/01/InternationalNormDynamics2009.pdf>> Acesso em: 10 de Agosto de 2013.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Contabilidade Social**. Disponível em: <[http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento Sustentável\Gestão dos Recursos Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf](http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustentavel/Gest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf)>. Acesso em: 28 Nov. 2013.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências aplicadas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MARCIO EDUARDO (Brasil). **Planejamento Administrativo**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/o-que-e-planejamento/39381/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

MISSIO, Fabrício; JACOBI, Luciane Flores. Variáveis dummy: especificações de modelos com parâmetros variáveis. **Ciência e Natura**, Mato Grosso do Sul, p.111-135, 29 jan. 2007.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamento ODM.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamento%20ODM.pdf)> Acesso em: 15 de Agosto de 2013.

OLIVEIRA, Tatiana. **Bolsa Família e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** integração entre plano interno e externo para a difusão de boas práticas. Rio de Janeiro: (iri/puc-rio), 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx>>. Acesso em: 03 out. 2013.

REZENDE, María José de. Os objetivos de desenvolvimento do milênio da onu:: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão. **Investigación y Desarrollo**, Londrina, v. 16, n. 2, p.184-214, out. 2008.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a Contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental – Um enfoque administrativo.** 7º ed.- São Paulo: Atlas, 2008. 3º.

WAGNER DE CERQUEIRA (Brasil). **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.** Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/o-que-indice-desenvolvimento-humano-idh.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

WERTHEIN, Jorge. **Objetivos do desenvolvimento do milênio – sonhos ou desafios?** Disponível em: <http://www.linhadireta.com.br/livro/parte6/artigos.php?id_artigo=3> Acesso em: 10 de Agosto de 2013.

ZOUAIN, Deborah Moraes. **O orçamento participativo como instrumento de desenvolvimento da cidade e da cidadania.** 2008. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2008.